

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.710.750 - DF (2017/0280465-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA
ADVOGADOS : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS - DF009466
EMBARGADO : ANA KAROLINA SOUSA BARBOSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de divergência opostos por VIPLAN Viação Planalto Ltda. em face de acórdão proferido pela Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi, que negou provimento ao recurso especial da ora embargante, mantendo julgado do TJDFT que não proveu agravo de instrumento contra decisão que recusou a paralisação de ação de indenização por danos morais até que ocorra o trânsito em julgado da sentença que encerrou a recuperação judicial da empresa, atacada por sentença com efeito suspensivo, conforme ementa com a seguinte redação (fl. 278):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DE SOERGIMENTO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. RAZOABILIDADE NÃO VERIFICADA. PROSSEGUIMENTO. NÃO OCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.

1. Ação ajuizada em 10/10/2012. Recurso especial interposto em 31/5/2017 e concluso ao Gabinete em 24/11/2017.
2. O propósito recursal é definir se a presente ação, movida contra empresa em recuperação judicial, deve ser suspensa até o trânsito em julgado da decisão final proferida no processo de soergimento.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.
4. Ainda que o STJ possua entendimento assente no sentido de que a regra suspensiva do art. 6º, *caput* e § 4º, da Lei 11.101/05 comporte, em casos excepcionais, certo temperamento, a extrapolação do prazo

previsto não pode consistir em expediente que conduza à prorrogação genérica e indiscriminada do lapso temporal suspensivo para todo e qualquer processo relacionado à empresa recuperanda.

5. As exceções autorizadas pela jurisprudência desta Corte impedem tão somente que a retomada da marcha processual das ações movidas contra a sociedade recuperanda ocorram automaticamente em razão do mero decurso do prazo de 180 dias.

6. Circunstância bastante diversa, entretanto, pode ser verificada na espécie, pois não se cuida de simples esgotamento desse termo, mas sim de processo recuperacional encerrado por sentença.

7. Manter as ações contra a recuperanda suspensas indiscriminadamente depois de aprovado o plano de soerguimento feriria a própria lógica recuperacional, na medida em que, a partir da consolidação assemblear, é impositivo que os créditos devidos sejam satisfeitos, sob risco de o processo ser convolado em falência.

8. Destoa da razoabilidade admitir que a recorrida tenha de suportar o ônus que a suspensão pleiteada pelo devedor lhe acarretaria, haja vista (i) a pequena dimensão de seu crédito quando comparado ao porte econômico do recorrente e (ii) o tempo transcorrido desde o ajuizamento da ação, o que resultaria em afronta ao princípio da efetividade da jurisdição.

9. Recurso especial não provido.

Alega a embargante que a Quarta Turma deste Tribunal possui entendimento dissonante, no sentido de que os atos constitutivos devem ser submetidos ao Juízo da recuperação judicial, ainda que o feito que versa crédito posterior ao deferimento da recuperação possa tramitar até essa fase (REsp 1.298.670/MS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, unânime, DJe de 26.6.2015 - fls. 342/358), o que foi desconsiderado pela Terceira Turma, que promove atentado ao princípio da preservação da empresa, violando a Lei 11.101/2005.

Assim delimitada a controvérsia, promovo a admissibilidade dos embargos de divergência, que verifico de plano não possuírem viabilidade.

Com efeito, há efetiva ausência de similitude fática entre os casos confrontados, bem como do direito discutido em cada qual, não se olvidando que o propósito do agravo de instrumento é que a execução da ação indenizatória aguarde o trânsito em julgado da sentença que extinguiu a recuperação judicial; ao passo que no paradigma se discutiu a possibilidade de tramitação do feito até a fase executória, quando

deveriam os atos constitutivos ser submetidos ao crivo do Juízo da recuperação.

É evidente que o desvio na fundamentação encaminha a pretensão de que a paralisação do feito até o trânsito em julgado impediria o Juízo da recuperação de se manifestar sobre quaisquer atos constitutivos propostos pelo Juízo da execução da indenizatória, o que separa as hipóteses confrontadas.

Deve ser considerado o argumento do acórdão embargado, ademais, de que a suspensão das execuções pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, que não voltam a tramitar de forma automática, comporta exceções, que dependem da análise do caso concreto. No caso se entendeu viável o prosseguimento em função do diminuto valor histórico da condenação, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais - fl. 65), e do transcurso do interregno de 6 (seis) anos desde o deferimento da recuperação judicial, em 11.11.2008 (fls. 91/94).

A adoção de teses diversas, por conseguinte, decorre da análise de proposições que não apresentam similitude, não admitindo a pacificação pela via dos embargos de divergência, como se verifica em casos análogos:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AS TESES JURÍDICAS MANIFESTADAS ENTRE OS ACÓRDÃO CONFRONTADOS NÃO SÃO DIVERGENTES. CONCLUSÕES DIVERSAS EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE ELES. AGRAVO REGIMENTAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. São cabíveis os Embargos de Divergência quando os arestos trazidos à colação firmaram posição antagônica sobre os mesmos fatos e questões jurídicas deduzidos no acórdão embargado. Ao contrário, devem ser indeferidos os embargos quando, considerando as peculiaridades de cada caso concreto, foram dadas soluções diferentes para as hipóteses confrontadas.

2. **Não se encontram evidenciados na espécie os requisitos de admissibilidade dos Embargos de Divergência, porquanto as teses jurídicas manifestadas no acórdão embargado e nos paradigmas não são divergentes, sendo certo que a solução adotada por eles é diversa em virtude da dessemelhança entre os suportes fáticos de cada um.**

3. De fato, no presente caso, o Recurso Especial não foi admitido pela alínea *c* do artigo 105, III da Constituição Federal em razão da ausência de prequestionamento da matéria e de similitude fática, enquanto o acórdão embargado assentou a orientação de que, nas hipóteses de dissídio jurisprudencial notório, é possível mitigar-se a necessidade de confronto analítico para a comprovação da divergência para o conhecimento do Recurso Especial com fundamento na citada alínea *c*. Registre-se que, ao contrário do acórdão embargado, o acórdão paradigma consignou expressamente que o requisito do prequestionamento foi satisfeito.

4. Agravo Regimental do Particular a que se nega provimento. (sem negrito no original)

(Corte Especial, AgRg nos EREsp 1.445.694/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, unânime, DJe de 26.11.2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ARESTO RECORRIDO E O ACÓRDÃO INVOCADO COMO PARADIGMA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os embargos de divergência devem indicar, com clareza e precisão, as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, nos termos dos arts. 1.043, § 4º, do novo Código de Processo Civil e 266, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Inicialmente, consigno que a Corte Especial do STJ já teve a oportunidade de julgar, em caso por mim relatado, não se exigir que "sejam idênticos os casos reportados no aresto combatido e nos acórdãos paradigmas, mas, sim, que possuam similitude, a qual se reporta à semelhança" (AgInt nos EREsp 1.517.101/PE, de minha relatoria, Corte Especial, julgado em 4/4/2018, DJe 10/4/2018).

3. No entanto, **analisando o acórdão embargado e o acórdão apontado como paradigma, percebo que eles têm contornos fático-jurídicos diversos**. Explico. A tese jurídica discutida nesses autos é saber se é cabível a limitação temporal do reajuste de 28,86% de servidores públicos quando houver recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos referidos servidores.

4. O acórdão da Terceira Turma do STJ, ora apontado como paradigma, trata de matéria diversa, afirmando que "o fato

superveniente - consubstanciado na coisa julgada produzida em lide (ação declaratória) que tramitava paralelamente ao processo de execução que deu origem física aos presentes autos - é tema relevante e deve guiar a solução do presente recurso especial sob pena de ofensa à garantia da coisa julgada e ao princípio da segurança jurídica" e que, "nesse contexto, ante a ocorrência do fato superveniente, não há outra solução possível senão o provimento do presente recurso especial, porquanto, consoante já referido, manter o acórdão recorrido ofenderia a coisa julgada surgida nos autos da ação declaratória".

5. Agravo interno a que se nega provimento. (sem negrito no original) (Corte Especial, AgInt nos EREsp 1.604.045/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, unânime, DJe de 11.10.2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO CUMULADA COM PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DESTINADA A ASSEGURAR O RESULTADO ÚTIL DE FUTURA SENTENÇA ARBITRAL. INCIDÊNCIA SOBRE TERCEIROS NÃO SUBMETIDOS AO JUÍZO ARBITRAL. **ACÓRDÃOS PARADIGMAS. MATÉRIAS DIVERSAS.** AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. FUNDAMENTO SUFICIENTE NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (sem negrito no original)

(Segunda Seção, AgInt nos EREsp 1.698.730/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, unânime, DJe de 18.12.2018)

Em face do exposto, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora